



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**(CASA DE FÉLIX ARAÚJO)**  
**GABINETE DO VEREADOR SEVERINO DA PRESTAÇÃO**

**PROJETO DE LEI ORDINÁRIA N.º \_\_\_\_\_/2025**

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A**  
**INSTITUIR O PROGRAMA "RONDA DA**  
**CIDADANIA" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal **autorizado** a instituir o Programa “Ronda da Cidadania”, com o objetivo de descentralizar e ampliar o acesso da população aos serviços públicos essenciais, promovendo a cidadania e a inclusão social por meio de uma unidade móvel itinerante que atenderá bairros periféricos e distritos do Município de Campina Grande.

**Art. 2º** O Programa “Ronda da Cidadania” terá como diretrizes:

- I – Disponibilizar orientação jurídica básica e gratuita à população;
- II – Fornecer informações e encaminhamentos sobre programas e serviços sociais municipais, estaduais e federais;
- III – Ofertar serviços básicos de saúde, como aferição de pressão arterial, testagem rápida, orientações preventivas e encaminhamentos;
- IV – Facilitar o acesso à emissão de documentos básicos, em parceria com os órgãos competentes;
- V – Promover campanhas educativas e informativas sobre direitos e deveres do cidadão;
- VI – Estimular a participação comunitária e o fortalecimento do vínculo entre o poder público e os cidadãos.

**Art. 3º** Para a execução do Programa “Ronda da Cidadania”, poderá o Poder Executivo Municipal:

- I – Adquirir ou adaptar veículo(s) específico(s) para o atendimento móvel;
- II – Alocar servidores públicos e/ou designar profissionais capacitados para atendimento nas áreas abrangidas pelo programa;
- III – Celebrar convênios, acordos e parcerias com órgãos públicos das esferas estadual e federal, bem como com entidades da sociedade civil;
- IV – Desenvolver e disponibilizar sistema de agendamento e registro de atendimentos, inclusive por meios digitais;



**ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE  
(CASA DE FÉLIX ARAÚJO)  
GABINETE DO VEREADOR SEVERINO DA PRESTAÇÃO**

V – Promover ampla divulgação do programa e dos roteiros de atendimento nos meios de comunicação oficiais do Município.

**Art. 4º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 6º** Revogam-se as disposições em contrário.

**SEVERINO DA PRESTAÇÃO**

Vereador





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**(CASA DE FÉLIX ARAÚJO)**  
**GABINETE DO VEREADOR SEVERINO DA PRESTAÇÃO**

**JUSTIFICATIVA**

A presente proposição tem como finalidade **autorizar** o Poder Executivo Municipal a instituir o Programa “Ronda da Cidadania”, uma iniciativa estratégica voltada à inclusão social e à ampliação do acesso às políticas públicas essenciais, especialmente para moradores de bairros periféricos e distritos de Campina Grande.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 1º, inciso II, consagra a cidadania como um dos fundamentos da República. No artigo 6º, reconhece como direitos sociais a educação, saúde, trabalho, moradia, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados. No entanto, a efetivação plena desses direitos ainda é um desafio para grande parte da população, sobretudo em regiões mais afastadas do centro urbano.

Diante desse cenário, a “Ronda da Cidadania” propõe-se como uma **unidade móvel multifuncional**, capaz de levar até essas localidades serviços como:

- orientação jurídica;
- atendimentos sociais;
- cuidados básicos de saúde;
- encaminhamentos para programas públicos;
- emissão de documentos;
- campanhas de conscientização sobre cidadania e direitos humanos.

Trata-se de uma ação de **baixo custo e alto impacto social**, que pode ser implementada progressivamente, respeitando os limites orçamentários do Município. Além disso, a possibilidade de firmar parcerias com outras esferas governamentais e entidades da sociedade civil aumenta a viabilidade e o alcance da proposta.

A autorização legislativa aqui apresentada respeita a competência do Poder Executivo e viabiliza, com responsabilidade, a implementação de uma política pública que aproxima o Estado do cidadão, promove a justiça social e fortalece a confiança da população nos serviços públicos.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres vereadores para a aprovação desta proposta, que representa um passo significativo rumo a uma Campina Grande mais justa, inclusiva e cidadã.

**SEVERINO DA PRESTAÇÃO**

Vereador